

CONVERSÃO E AUTENTICIDADE: BREVES NOTAS SOBRE A SUBJETIVIDADE NA ONTOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE SARTRE

Conversion and authenticity: brief notes on subjectivity in sartre's phenomenological ontology

Vítor Hugo dos Reis Costa¹

¹ Professor na Faculdade Pa-
lotina de Santa Maria (FAPAS).
Mestre em Filosofia pelo Progra-
ma de Pós-Graduação em Filo-
sofia (PPG-Fil) da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: victordafilosofia@gmail.
com

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. XX-XX, 2009.

Resumo

O presente trabalho visa analisar os conceitos de “conversão” e “autenticidade” na obra *O Ser e o Nada*, de Jean-Paul Sartre. Pretende-se, com essa análise, examinar as possibilidades destes conceitos servirem como soluções para a problemática da má-fé, apresentada pelo autor na mesma obra.

Palavras-chave: Conversão. Autenticidade. Má-fé. Sartre.

Abstract

This paper aims to analyze the concepts of “conversion” and “authenticity” in the Jean-Paul Sartre's *Being and Nothingness*. It is in-

Recebido em: 01/09/2009
Aceito em: 14/12/2009

tended with this analysis to examine the possibilities of these concepts serve as solutions to the problem of bad faith, presented by the author in the same work.

Keywords: Conversion. Authenticity. Bad faith. Sartre.

Introdução

Definida por Sartre a partir de uma ideia ontológica de liberdade, a realidade humana é constantemente ameaçada pela possibilidade de uma compreensão equivocada da própria condição. Esse equívoco, vivido sobretudo na dimensão da crença e da conduta, é chamado por Sartre de má-fé. Assim, será de má-fé qualquer convicção – e por conseguinte qualquer conduta fundada nesta convicção – que pense o homem não como liberdade, mas como determinado por algo exterior a si próprio. Nada, exceto o próprio sujeito em sua liberdade, pode determinar suas ações, seus fins ou seus valores. Portanto, mesmo a má-fé é livremente sustentada, o que significa dizer que o homem escolhe enganar a si mesmo e esconder de si sua condição de liberdade. Contudo, urge esclarecer: a) como é possível ao homem enganar a si mesmo e crer na mentira que conta a si? E b) por que, sendo liberdade, o homem prefere compreender a si mesmo como determinado? A ontologia fenomenológica de Sartre pretende não apenas possuir respostas a tais questões como também, em trabalho conjunto com uma psicanálise existencial, oferecer ao sujeito as condições para uma compreensão da própria condição em conformidade com a ideia de liberdade ontológica.

Contudo, será possível uma conversão à autenticidade? O que é necessário para uma tal conversão? E quais seriam suas consequências? Uma breve exploração de tais questões motivam este trabalho.

O “por que” e o “como” da má-fé

O surgimento de um fenômeno de engano de si na unidade de uma consciência se explica, segundo Sartre, na medida em que tal fenômeno procura disfarçar certos aspectos “desagradáveis” da condição humana, a saber, o fato de que a liberdade ontológica é especialmente acessada no fenômeno da *angústia*. Essa angústia, um dos temas centrais da filosofia existencialista, é para o filósofo fran-

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

cês a experiência que indica a dimensão existencial da liberdade e, por consequência, a total responsabilidade do sujeito por seus fins e valores, por toda sua conduta. Assim, a consciência toma o falso por verdadeiro e vice-versa, distorcendo a o sentido de suas vivências da maneira que for mais conveniente para disfarçar a angústia. Contudo, ao fugir da experiência de angústia, o sujeito dissimula para si mesmo sua total responsabilidade por sua existência individual.

Para compreender como é possível que uma consciência seja enganada por uma mentira que ela mesma cria, é preciso mencionar o uso que Sartre faz do instrumental teórico da fenomenologia. É central, neste momento, ter em mente a distinção entre as dimensões reflexiva e pré-reflexiva da consciência. É através desta distinção que Sartre instala todas as manifestações do espírito humano nos atos da consciência, na medida em que a intencionalidade não é sinônimo de reflexão ou conhecimento, mas de toda a vivência subjetiva. Assim, mesmo emoções e/ou paixões são compreendidas como modos da intencionalidade e é também por essa via que se compreende a ideia de responsabilidade total: se a liberdade não é mais uma característica da vontade humana – racional e refletida – é porque foi alocada como fundamento – ainda que fundamento negativo – de toda manifestação da pessoa pensada como projeto. Em outras palavras: uma liberdade ontologicamente anterior à razão e ao desejo torna o sujeito responsável por toda sua dimensão de vivências e reflexões.

A noção de crença, considerada como ato da consciência ou modo da intencionalidade, sofrerá o mesmo destino. Katherine Morris realiza uma distinção que Sartre menciona sem levar à cabo, a saber, entre “opinião” e “fé”, na intenção de captar as nuances de intensidade que desaparecem na perspectiva de um conceito único de crença (MOORIS, 2009, p 111). A distinção é interessante na medida em que permite que se visualize, por assim dizer, a “força” de uma crença. Pode-se assim tentar o esboço de uma relação de proporcionalidade inversa entre a força de uma crença e a responsabilidade que o sujeito assume por ela: na fé, o objeto da crença será considerado como totalmente transcendente ao ato de crer; na opinião, por sua vez, há o início da tomada de responsabilidade pelo crer como constituinte do objeto de crença.

Seja opinião ou fé, contudo, a crença será sempre necessariamente “má”, ou seja, má-fé. Isto porque Sartre não se contenta com uma responsabilidade menos que *total* pela constituição da crença pelo ato de crer, a ponto de considerar a boa-fé como uma forma de má-fé. Em última instância, como frisa Bornheim (2005, p. 52), o

fato de toda crença ser má faz com que todo tipo de crença seja engano, mentira de si a si mesmo. Sustentada no plano pré-reflexivo – da vivência e da conduta – a crença nunca cumprirá sua exigência de ser crença pelo fato de que a possibilidade perpétua do movimento reflexivo pode torná-la relativa e enfraquecê-la a qualquer instante, revelando seu caráter de ato, pelo qual o sujeito é responsável.

O desejo de ser Deus

Ao definir a realidade humana a partir de um núcleo de liberdade ontológica, Sartre está impedido de estabelecer uma finalidade unívoca para as infinitas singularizações que essa realidade humana manifesta nos indivíduos. Essa singularização significa que cada pessoa possui seus próprios fins e os persegue, de forma autêntica ou de má-fé, isto é, assumindo a responsabilidade por seus fins e meios ou delegando-a a instâncias externas³.

Se no nível individual/existencial os projetos exibem configurações absolutamente múltiplas, no nível ontológico encontramos uma fórmula que responde por todos os projetos humanos: *o homem é desejo de ser Deus*. Embora pareça uma afirmação escandalosa na medida em que procede de um pensador que afirmou que sua filosofia era uma forma coerente de ateísmo (SARTRE, 1987, p. 22), encontramos seu sentido ao explorar os conceitos fundamentais de sua ontologia: em-si e para-si.

Por “em-si” Sartre pretende definir o tipo de ser dos objetos da consciência: os fenômenos. Ao constituir os fenômenos em uma dimensão de experiências vivenciadas, a consciência põe em relevo – a partir de uma perspectiva sempre imbricada com um projeto individual – uma camada de realidade e sentido que só existe nessa relação. Aquém (ou além) dessa relação constituinte, jaz o “ser bru-

3 Morris faz um comentário interessantíssimo ao fim de seu estudo, fazendo referência aqueles críticos que discordam com a noção sartreana de “escolha fundamental”: parece-lhes irrealista que a personalidade de um sujeito seja fruto de uma deliberação realizada na aurora de uma idade adulta, por exemplo. Morris endossa certos aspectos dessas críticas e prefere ilustrar essa escolha através de uma metáfora de “estilo” que, contudo, não parece dar conta do problema. Parece-nos, antes, que pensar a idéia de liberdade ontológica relacionando-a a um conceito de deliberação é sinal de má-compreensão do conceito: a deliberação voluntária é uma das formas da realização da liberdade ontológica. Pensamos que a idéia de uma “escolha de si” significa uma primazia *ontológica* – e não temporal – da liberdade. Em última instância, significa que nada exterior ao sujeito poderia ter determinado o sujeito a seguir os caminhos que seguiu.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

to”: o mundo em sua vasta riqueza de significações exige o emergir da consciência para surgir; antes da relação com uma consciência o ser apenas é, é em-si e é o que é (SARTRE, 2008, p. 40). Assim, o próprio mundo – subjetivo e intersubjetivo – é uma espécie de desorganização da opacidade fundamental do ser puro.

O para-si, por sua vez, é o tipo de ser da consciência. É definido por fórmulas inversas às que definem o em-si: enquanto o ser em-si é pura identidade e plenitude, o para-si se define como pura relação ao em-si, sem possuir substância própria. A noção de identidade pertence apenas à região do ser em-si, ao para-si cabem as de presença a si e contradição: o para-si “é-o-que-não-é” e “não-é-o-que-é”. Essa fórmula abre o caminho para que seja possível pensar a temporalização da experiência e da existência, na medida em que essa condição contraditória está intimamente ligada a temporalidade necessária para pensar a consciência como *ato*, e não como *substância*. Presente a si, a consciência exige o mundo – constituído na relação entre as categorias ontológicas – para retornar a si mesma, sendo impossível pensá-la como uma substância separada e que existisse em si mesma.

Embora não esteja clara, até aqui, a relação entre tais categorias ontológicas e um “desejo de ser Deus”, tudo fica claro mediante os seguintes esclarecimentos: a pessoa humana, enquanto para-si, possui um ser “negativo”, vazio, constituído como lacuna e que constitui a temporalidade na marcha de um preenchimento impossível. O para-si busca perpetuamente um ser proibido desde o princípio, um ser “positivo” que lhe preencheria a lacuna essencial. Ora, caso fosse possível ao para-si tal realização dessa positividade buscada, ele se converteria imediatamente em “coisa”: o ser em-si é o ser de tudo aquilo que não é humano. Em-si é o ser dos objetos, para-si dos sujeitos. Contudo, esse movimento ontológico do para-si na direção do em-si não pretende esgotar sua possibilidade através da “transsubstanciação” em coisa: o para-si quer permanecer consciência. Quer a síntese, impossível, entre sujeito e objeto, quer ser-em-si-para-si. Em suma, o homem deseja uma condição que apenas Deus poderia realizar.

Evidentemente não se trata de um desejo empírico pela divindade, embora possa eventualmente sê-lo. Trata-se de uma espécie de fórmula ontológica dos projetos humanos: toda e cada pessoa deseja possuir uma positividade ontológica sem perder seu caráter de consciência, sua ipseidade. Esse é, para Sartre, o sentido último de toda a aventura humana sobre a terra. Uma aventura cujo fracasso fundamental engendra angústia, convenientemente disfarçada pela má-fé.

Conversão e autenticidade

Antes de discorrer sobre a questão da possibilidade de uma conversão à autenticidade, faz-se mister mencionar a atmosfera moral que cerca o conceito. O forte apelo ético da filosofia sartreana, somado à ausência de uma obra de filosofia moral em sentido estrito, pela qual o autor tivesse podido responder em vida, faz com que o par má-fé/autenticidade seja pensado como o análogo funcional de pares de conceitos como “certo/errado”, “bem/mal”, etc., para uma possível dedução de uma filosofia moral do pensamento sartreano. Suspendemos aqui o juízo sobre os estudos que fazem uma análise “moralizante” de tais conceitos. Também nos abstermos de considerar, no escopo de nosso estudo, obras sobre filosofia moral que tenham sido de autoria do filósofo francês mas cuja publicação tenha sido póstuma. Pretendemos antes, no máximo, esclarecer as relações entre duas idéias que podem servir de base para uma reflexão, no máximo, *metaética*, na medida em que são conceitos imbricados com o conceito de *valor*: o modo como o homem se compreende – de modo autêntico ou de má-fé – traz consequências para o reino do valor, mas não nos parece legítimo afirmar que de tal reflexão seja possível deduzir qualquer coisa como normas, máximas ou princípios de uma “ética sartreana”⁴.

Para pensar uma conversão da má-fé à autenticidade, é preciso lembrar que, para Sartre, a reflexão tem o poder de enfraquecer a crença e revelar sua verdadeira natureza: *ato intencional da consciência*. Não obstante, os sujeitos podem empreender a atividade de reflexão sem se desembaraçar da má-fé, sem se responsabilizar pela dimensão do *crer*. Assim se dá pelo fato de que a própria reflexão pode operar com elementos que disfarçam a liberdade ontológica. Sartre considera a psicanálise tradicional, de orientação freudiana, como um exemplo desse tipo impuro de reflexão: através da “mitologia coisificante” da psicanálise de Freud, o sujeito permanece embaraçado em uma perspectiva onde toda a dimensão subjetiva é pensada sob o signo da objetividade. Um aparelho psíquico substancializado e povoado por objetos é, contudo, um ser em-si, e não descreve adequadamente a condição humana. É preciso, pois, purificar a reflexão. Para tal finalidade, Sartre esboça ao final de *O Ser e o Nada*

4 Poder-se-ia, em último caso e como contra-argumento a frase de Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo*: “escolha, isto é, invente”. Pensamos, contudo, que tal máxima não faz mais do que expressar uma dimensão formal – ou uma fórmula ontológica – da ação, sem definir critérios para regular a ação.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

as bases para uma psicanálise existencial que, trabalhando com os dados da ontologia fenomenológica, tornam possível uma descrição adequada da realidade humana.

Por razões de espaço, não nos estenderemos aqui sobre as minúcias da psicanálise existencial e da purificação da reflexão. Afirmamos, contudo, que a psicanálise existencial não poderia, por razões de coerência, produzir uma espécie de libertação da má-fé ou mesmo a purificação da reflexão, pois pensar a condição humana como liberdade é, antes de tudo, negar qualquer tipo de determinismo em seu seio. Seria, pois, um contra-senso pretender que a assunção da liberdade e a purificação da reflexão adviriam de outro lugar que não a própria dimensão de liberdade do sujeito, isto é, de sua escolha. Encontramos em Sartre, contudo, base textual que aponta para a absoluta confiança que o autor tinha na possibilidade deste tipo de conversão:

“A partir do momento em que o homem se capta como livre e quer usar sua liberdade, qualquer que possa ser, além disso, sua angústia, sua atividade é de jogo: ele mesmo constitui, com efeito, o primeiro princípio, escapa à natureza naturada (*naturée*), estabelece o valor e as regras de seus atos e só admite pagar de acordo com as regras que colocou e definiu. (...) Esse tipo particular de projeto, que tem a liberdade como fundamento e objetivo, mereceria um estudo especial. Com efeito, diferencia-se radicalmente de todos os outros, por visar um tipo de ser radicalmente diferente. Seria necessário, de fato, explicar extensamente suas relações com o projeto de ser-Deus, que nos pareceu ser a estrutura profunda da realidade humana. Mas este estudo não pode ser feito aqui: pertence, com efeito, a uma *Ética*, e pressupõe que já tenhamos definido previamente a natureza e o papel da reflexão purificadora (nossas descrições só visaram até aqui até aqui a reflexão “cúmplice”); além disso, pressupõe uma tomada de posição necessariamente *moral* em relação aos valores que impregnam o Para-si.”(SARTRE, 2008, p. 710).

Já é possível antever nessa passagem algumas das consequências da conversão: a angústia é reconquistada e o objetivo da liberdade passa a ser apenas ela mesma⁵. A totalidade das consequências da purificação da reflexão gera ecos no reino do valor e a existência humana é aproximada de uma idéia de jogo. Tais consequências, contudo, só poderiam ser devidamente exploradas em uma *Ética*. Mas, antevemos que Sartre desconfia que a fórmula ontológica do

5 A idéia perdura até *O Existencialismo é um Humanismo*, como vemos: “Quando declaro que a liberdade, através de cada circunstância concreta, não pode ter outro fim senão querer-se a si própria, se alguma vez o homem reconheceu que estabelece valores no seu abandono, ele já não pode querer senão uma coisa – a liberdade como fundamento de todos os valores.” p. 19

para-si – “desejo de ser Deus” – *pareceu* ser a estrutura profunda da realidade humana. O que isso poderia significar? Que seria possível ao homem cindir esse vínculo com o ideal do ser-em-si-para-si? Questões que parecem não ter uma resposta fora da prometida “Ética”, contudo, foram tratadas por estudiosos que, não obstante, sugeriram respostas. Burdzinski, por exemplo, não concorda que a fórmula do ser-em-si-para-si possa ser alterada:

“Entendamos bem, entretanto: não é o movimento em direção ao ser que cessa – posto que esse movimento é o que constitui o ser do para-si – mas sim a ilusão de que esse movimento possa alcançar seu objetivo e estacionar; toda ação deixa de dirigir-se, então, ao objetivo fantasma que para ela representa o em-si-para-si, deixando com isso de ser um ‘agir para...’ para definir-se unicamente como uma ação livremente instituída e que, como tal, não tem outro fundamento além do nada de fundamento da liberdade que ela manifesta, nem outro objetivo que não seja essa manifestação mesma.” (BURDZINSKI, p. 86).

Para Burdzinski (1999), portanto, a assunção autêntica da liberdade exige e implica, a um só tempo, a aceitação do fracasso ontológico e fundamental do para-si: seu movimento não cessa, o que cessa é a ilusão – a má-fé, portanto – de que ele cessará. A sugestão de “agir sem esperança” (SARTRE, 1987, p. 13.), feita em *O Existencialismo é um Humanismo*, é uma espécie de “imperativo da purificação”: nenhum empreendimento humano conduzirá o sujeito a positividade ontologicamente desejada. Burdzinski completa:

“A superação da má-fé está, portanto, implicada com o abandono da pretensão à sinceridade. Implica-se aqui, ainda, uma profunda modificação do projeto existencial: trata-se de abandonar um *projeto existencial* (que é sempre um projeto de ser em-si) por um *projeto de fazer*.” (BURDZINSKI, 1999, p. 70).

A autenticidade, portanto, parece exigir um rompimento com o ideal de ser-em-si-para-si “desejado” em nível ontológico. Acompanhando a reflexão de Burdzinski, de fato, isso não parece uma transformação ontológica da condição humana, mas a assunção de sua verdade fundamental: o fazer humano, sua existência em ato é perpetuamente temporalizada em um movimento que não cessa, não descansa e não pode, por definição, realizar a positividade.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.

Conclusão

Algumas questões parecem permanecer em aberto, para futura exploração.

A primeira delas parece ser: uma vez conquistada a autenticidade, é ainda possível retornar à má-fé? Em primeiro momento parece tentador dizer que não: uma vez tendo sido conquistada a natureza intencional da crença, ainda seria possível pretender ter “fé”? Isto é, uma vez em posse da compreensão que toda fé é um ato pelo qual se deve assumir a total responsabilidade – e portanto, não é fé em sentido estrito – seria ainda possível aceitar que a força de um elemento transcendente exige a crença e determina a consciência? Uma vez assumida de modo autêntico, a liberdade não está destinada a desejar apenas a si mesma como valor, em todas as situações?

Vê-se rapidamente qual é o perigo dessa conclusão: se assim se passa, o ser humano parece correr o risco de pretender ser “liberdade-em-si”. E assim como Fabio C. L. Castro nos adverte para a necessidade da possibilidade da autenticidade (CASTRO, 2005, p. 87) – sem a qual o homem seria má-fé em si – a recíproca parece ser verdadeira: para que o sujeito não encerre suas possibilidades na assunção da liberdade, é preciso que a má-fé seja uma ameaça constante.

Uma segunda questão, colocada por Fabio C. L. Castro em sua dissertação de mestrado, também parece pertinente: a autenticidade exige um envolvimento com projetos coletivos? Que tipo de engajamento – isto é, que tipo de atuação no mundo – é compatível com a autenticidade? Pois em um primeiro momento não parece claro por que Antoine Roquentin, protagonista de *A Náusea* ou, para usar um exemplo ainda mais emblemático, Meursault de *O Estrangeiro*, de Albert Camus, não podem ser considerados sujeitos que assumiram suas liberdades: estão presos em um círculo vicioso de inação, é verdade, mas são absolutamente lúcidos para a verdade de sua condição de seres humanos. Que a liberdade à que Sartre se refere seja uma liberdade sempre em situação, jogada no mundo em algum lugar, algum tempo, etc., evidentemente concordamos. Isso, contudo, não significa que a inação de Meursault e Roquentin seja menos autêntica porque possuem aparência de gratuidade⁶ e omissão, respectivamente.

6 Que não se entenda por gratuidade aqui, no caso do Meursault de Camus, qualquer coisa semelhante à liberdade de indiferença e a ação gratuita de que Sartre acusa Gide: Meursault não é um homem das letras ou educado para compreender-se teoricamente, e parece viver em uma dimensão principalmente “sensorial” da

Não se pretende aqui uma análise refinada que exaurisse a discussão, evidentemente. Contudo, à guisa de conclusão, a idéia de uma liberdade ontológica autenticamente assumida parece contraditória com o ditame dos conteúdos materiais que deveriam ou não animar as ações individuais e a existência humana em geral.

REFERÊNCIAS

SARTRE, Jean-Paul. **A Náusea**. Tradução de Rita Braga. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.

_____. – **A imaginação – Questão de Método**. Seleção de Textos de: PESSANHA, José Américo Motta. Traduções de: GUEDES Rita Correia; FORTE, Luiz Roberto Salinas; PRADO JÚNIOR, Bento (Coord.). 3.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

_____. **O Ser e o Nada – Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Sartre, metafísica e existencialismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURDZINSKI, Júlio César. **Má-fé e autenticidade: um breve estudo acerca dos fundamentos ontológicos da má-fé na obra de Jean-Paul Sartre**. Ijuí, Ed. Unijuí, 1999. – 110 p.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

CASTRO, Fabio Caprio Leite de. **Conseqüências morais de conceito de má-fé em Jean-Paul Sartre**. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pós-graduação em Filosofia da PU-CRS, 2005. 243 p.

MORRIS, Katherine. **Sartre**. Tradução de Edgar da Rocha Marques. - Porto Alegre. Artmed, 2009, 216 p.

existência. No entanto, justifica-se aqui a referência ao personagem como possível exemplo de autenticidade na medida em que Meursault claramente “não está indo à lugar algum”, ou, em terminologia sartreana, não possui um desejo de ser-em-si-para-si. Uma análise mais minuciosa do personagem, em perspectiva sartreana, faz-se necessária para conclusões mais sólidas. Portanto, o uso do personagem como exemplo está sujeito à futura revisão.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis Costa. *Conversão e autenticidade: breves notas sobre a subjetividade na ontologia fenomenológica de sartre*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 177-186, 2009.